

TRABALHO DOCENTE NA UERJ: NEOLIBERALISMO, DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA (1985/2016)**TEACHING WORK AT UERJ: NEOLIBERALISM, EXCLUSIVE DEDICATION AND UNIVERSITY AUTONOMY (1985/2016)****TRABAJO DOCENTE EN LA UERJ: NEOLIBERALISMO, DEDICACIÓN EXCLUSIVA Y AUTONOMÍA UNIVERSITARIA (1985/2016)**

10.56238/revgeov16n5-183

Carlos Eduardo Martins da SilvaDoutor em Políticas Públicas e Formação Humana
E-mail: cadumartinsprofessor74@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5376-3329>**RESUMO**

Este artigo se situa na perspectiva da história do tempo presente, ao possibilitar uma visão singular para compreender as relações entre a ação voluntária, a consciência dos homens e o todo social estruturado. Nesse sentido, elaboram-se reflexões sobre a rica empiria, necessária para desvendar a relação entre associativismo docente, o projeto neoliberal e a lógica implementada pelo sistema capitalista em relação à universidade. Assim, o conceito de experiência deve ser compreendido como um caminho para a superação de problemas historiográficos, ganhando vida ativa, na necessária compreensão da relação entre objetividade e subjetividade, entre materialidade e subjetividade, entre determinações materiais e valores. Entender a história como a ciência dos homens em processo, a ciência do contexto, como indicado por E.P. Thompson (1988), também colabora para a compreensão do papel da experiência como singularidade, e não como modelo fixo, estável e único. Portanto, como modelo global, fundamental para os estudos do caso da universidade e, em específico, das ações dos docentes no interior da Uerj. Assim, compreendemos com Thompson (1988) que a agência humana se desenvolve no tempo, e, em cada espaço social, os agentes humanos agem de forma que as condições podem (ou não) oferecer as possibilidades de ação.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Asduerj. Trabalho Docente. Universidade.**ABSTRACT**

This article is situated in the perspective of history of the present time. It provides a peerless vision for understanding the relationship between voluntary action, the consciousness of men and the structured social whole. In this sense, we reflected on rich empirical basis for understanding the relationship between teachers' associations, the neoliberal project and the logic implemented by the capitalist system in relation to the university. Thus, the concept of experience must be understood as a way of overcoming historiographical problems, achieving active life in necessary understanding of the relationship between objectivity and subjectivity, between materiality and subjectivity, between material determinations and values. Understanding history as the science of men in process, the science of context, as indicated by E.P. Thompson (1988), this text also contributes to understanding the role of experience as singularity, and not as a fixed, stable, and unique model. Therefore, as a global model,



it is fundamental for studying the the university and, specifically, the actions of teachers within Uerj. Thus, we understand with Thompson (1988) that human actions develop in time. We also understand that in each social space, human acts in such a way that the conditions may (or not) offer possibilities for action.

Keywords: Neoliberalism. Asduerj. Teaching Work. University.

RESUMEN

Este artículo se sitúa en la perspectiva de la historia contemporánea, ofreciendo una perspectiva única para comprender las relaciones entre la acción voluntaria, la conciencia humana y el conjunto social estructurado. En este sentido, profundiza en la rica evidencia empírica necesaria para desentrañar la relación entre las asociaciones de docentes, el proyecto neoliberal y la lógica implementada por el sistema capitalista en relación con la universidad. Así, el concepto de experiencia debe entenderse como una vía para superar los problemas historiográficos, cobrando relevancia en la necesaria comprensión de la relación entre objetividad y subjetividad, entre materialidad y subjetividad, entre determinaciones materiales y valores. Entender la historia como la ciencia de la humanidad en proceso, la ciencia del contexto, como lo indica E.P. Thompson (1988), también contribuye a comprender el papel de la experiencia como singularidad, y no como un modelo fijo, estable y único. Por lo tanto, como modelo global, es fundamental para los estudios de caso de la universidad y, específicamente, de las acciones del profesorado en la UERJ (Universidad Estatal de Río de Janeiro). Así, entendemos, con Thompson (1988), que la agencia humana se desarrolla con el tiempo y, en cada espacio social, los agentes humanos actúan de tal manera que las condiciones pueden (o no) ofrecer posibilidades de acción.

Palabras clave: Neoliberalismo. Asduerj. Trabajo Docente. Universidad.



1 INTRODUÇÃO

A experiência, tal qual entende E.P. Thompson (1981), possibilita desvendar valores, normas e práticas de um grupo social, ou seja, através dela, pode-se descobrir o modo de ser desse grupo ou segmento social.

Nesse sentido, sobre as relações entre os agentes sociais e a complexidade social, Henri Lefebvre (1966) indica que “até o indivíduo que se julga isolado participa em actividades sociais; e mesmo essas actividades sociais são de um elevado grau de complexidade” (Lefebvre, 1966, p. 56).

As novas conexões estabelecidas pelos estudos políticos, – com o mundo simbólico e econômico – abriram ao historiador a possibilidade de visitar e tratar simultaneamente o passado e o presente. Logo, tornou-se possível romper com a necessidade de distanciamento em relação ao passado para realizar uma análise histórica. Estamos tratando de um “novo” campo de pesquisa:

(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais (...) para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói. (Chartier, 1996, p. 216).

A história do tempo presente permite uma visão singular para compreender as relações entre a ação voluntária e a consciência dos homens e constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Nesse sentido, as ações dos docentes no interior de uma instituição social podem nos trazer uma série de reflexões sobre em que consiste a relação entre micro e macro, entre indivíduos e estrutura, sem perder o horizonte ideológico acerca do debate sobre a totalidade concreta, pois

Investigar dentro de concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui. A historicidade dos fatos sociais consiste fundamentalmente na explicação da multiplicidade de determinações fundamentais e secundárias que os produzem. (Frigotto, 2012, p.143)

Ao tentar compreender o contexto histórico que compõe o cenário dos sujeitos sociais participantes da pesquisa, através das fontes primárias e/ou secundárias, aproximamo-nos do conceito de experiência do historiador E. P. Thompson (1988). Assim, neste trabalho, a categoria experiência é útil para resgatar a dimensão humana do processo social e político. No caso do movimento docente na universidade em questão, trata-se de uma opção central em nossas reflexões.

2 NEOLIBERALISMO E TRABALHO DOCENTE NA UERJ: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES INICIAIS

A crise do socialismo real, em 1989, cuja maior expressão foi a queda do muro de Berlim, possibilitou o revigoramento nas políticas mundiais do sistema hegemônico, em crise desde o final da década de 1960. Assim, a nova fase de acumulação capitalista, denominada como neoliberalismo, pode



ser compreendida como “Um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar a meta de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (Harvey, 2008, p. 27-28).

No Brasil, a derrota do (velho) Lula nas eleições de 1989 e a vitória de Fernando Collor marcaram a introdução de uma série de medidas que redefiniram a dinâmica do Estado brasileiro, ampliando a privatização das empresas públicas e agindo nos setores sociais (saúde e educação) de atendimento à população menos favorecida – a partir da redução de verbas e serviços.

A educação em nível universitário, como parte constitutiva da totalidade concreta e, portanto, do sistema capitalista, não poderia ficar fora das mudanças sistêmicas e participou da nova fase de desenvolvimento intitulada neoliberalismo, em que os

Sistemas educacionais foram submetidos a profundos processos de privatização, com a expansão da educação superior pela via privada, e a introdução, nas instituições públicas, de uma tendência – cada vez mais predominante – de mercantilização do trabalho docente, tornando a gestão das universidades cada vez mais parecida com a de uma empresa. (Mancebo, 2009, p. 3)

Esse (novo) sistema de subordinação das universidades ao capital, com a imposição de uma lógica produtivista à universidade e a quebra dos princípios de autonomia universitária , aproximou o sistema público de ensino superior da lógica da administração gerencial:

Entretanto, inserida em um sistema político-produtivista alicerçado nas noções de produtividade e competitividade, a autonomia concedida apenas em uma maior liberdade de organização, onde a adequação às necessidades do mercado torna-se o ponto central. (Lopes, 2006, p. 57)

Assim, a construção de uma universidade heterônoma, “sem (aparente) liberdade de atuação” está diretamente entrelaçada a um movimento de subordinação do trabalho docente à lógica do mercado: “As novas formas de organização do trabalho acadêmico são indicadas pelas agências de fomento, notadamente por meio de grupos, núcleos e laboratórios, formas que permitem aumentar a “produtividade” das instituições” (Leher, 2005, p. 238).

Dialogando especificamente sobre a Uerj, a virada da década de 1980 para a década seguinte marca a uma diferença crescente entre o plano de carreira de 1985 para o “novo” plano de carreira de 1991. Nesse caminho, plano de carreira docente de 1991 proibiu a ascensão por tempo de serviço, presente no contraditório plano de 1985, e consolidou o mérito acadêmico. Segundo Mancebo, esse plano, em uma perspectiva positiva, reconfigurava

o trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se caracterizava basicamente, pelo ensino na graduação e se limitava essencialmente ao espaço da sala de aula, até o final dos anos de 1970, ganha um novo perfil, que fortalece o desenvolvimento da pesquisa e a implantação da pós-graduação. (Mancebo, 2006, p. 320)



Por outro lado, em acordo com o contexto de avanço nacional e internacional de subordinação do trabalho intelectual ao capital, no interior de um quadro de aprofundamento da lógica mercantil de universidade, o plano de carreira¹

materializa um complexo e um objetivo sistema de avaliação-gratificação, com dois instrumentos básicos de sustentação: a Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente (Copad) e o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência). (Mancebo, 2006, p. 318)

Contraditório, o novo plano de 1991, se, por um lado, rompia completamente com os resquícios do período autoritário - ao fechar as portas para a ascensão funcional por tempo de serviço - por outro, dentro do novo contexto mundial “reforçado” com a queda do muro de Berlim, o programa (Prociência) introduzia o conteúdo produtivista dentro da universidade, aproximando-a da lógica do mercado.

Evidentemente, o Prociência fornece a base humana para o desenvolvimento de pesquisa, para a produção científica, para o funcionamento das pós-graduações e, em consonância com o ritmo de muitas universidades brasileiras, desenvolve um sistema de avaliação calcado em critérios de produtividade, que quantifica a atividade docente e, mesmo que não tenham sido essas as intenções originais de seus formuladores, a produtividade e a competitividade ganham reforço no cotidiano universitário com esse programa. (Mancebo, 2006, p. 321)

Foi dentro desse quadro de desenvolvimento da Uerj, a partir da década de 1990, que a universidade se movimentou. Os dados apresentados pela pesquisa de Mancebo (2006) demonstram a lógica mercantil da produção acadêmica e a desproporcional diferenciação entre os incluídos e os excluídos nas metas do Prociência.

Trata-se, na prática, de um “concurso interno” realizado a cada três anos, findo os quais ocorre uma minuciosa avaliação de desempenho acadêmico do docente no período. Somente 340 professores, dos quais 3000 atualmente em exercício, são admitidos no programa e, uma vez incluídos, devem manter um ritmo frenético de trabalho, sob pena de perderem a bolsa (que corresponde a 70% do salário) na próxima avaliação. (Mancebo, 2006, p. 321)

Em uma vertente, a adoção desse modelo de produção acadêmica na Uerj, voltado para a formação de ilhas de excelências em cada unidade desenvolveu, na universidade, uma diferenciação entre os “de cima” e os de “baixo”. Foi essa maioria de despossuídos, que, na década seguinte, com a participação política e ideológica dos procientistas críticos, organizados em torno dos espaços democráticos do movimento associativo, se mobilizaram em torno da defesa da dedicação exclusiva.

¹ Aprovado pela resolução n.03/91 de maio de 1991.



Era necessária a implementação da dedicação exclusiva, aspecto hoje (re)conhecido no meio acadêmico brasileiro, principalmente, após a implantação desse sistema nas universidades federais brasileiras e nas estaduais de São Paulo, como fundamental para o trabalho docente.

3 NEOLIBERALISMO E TRABALHO DOCENTE NA UERJ: NOVAS EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES

A lógica neoliberal também está presente, no caso das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, na utilização de professores substitutos, bolsistas e professores-tutores, com o consequente “crescimento da força de trabalho docente sendo marcada pela flexibilização dos contratos de trabalho” (Mancebo, 2009, p.8).

No caso das universidades, podemos observar uma dupla ação do projeto neoliberal em curso: a flexibilização dos contratos de trabalho docente e o reforço do produtivismo do docente efetivo (concursado). Nessa linha de raciocínio,

A proposta de flexibilização da gestão das instituições de ensino superior tem propiciado contratos de trabalho mais ágeis e econômicos, como os “temporários”, “precários”, “substitutos”, promovido mudanças nas funções básicas do docente, acrescentando à sua rotina um sem número de procedimentos burocráticos inerentes às práticas avaliativas e agregadas ao trabalho de muitos deles a responsabilidade pelo agenciamento de recursos não só para implementação e manutenção de projetos da universidade como também para garantir a complementação de seu salário. (Lopes, 2006, p. 104)

É importante afirmar que os “precarizados” são utilizados como essa nova força de trabalho na graduação, enquanto uma parcela significativa dos professores efetivos está inserida em suas longas jornadas produtivista na pós-graduação. São ilustrativos os dados do *DataUerj*²:

- a) Em 2013, a universidade contava com 713 professores substitutos que representavam 31,79% em relação aos 2243 docentes efetivos (100%);
- b) Entre 2009 e 2013, o número de docentes efetivos cresceu (mediocremente) 3,36% ou seja, de 2170 docentes efetivos que trabalhavam na universidade em 2009, esse número cresceu miseravelmente para 2243 em 2013;
- c) O número de servidores por docentes foi reduzido, entre 1996 e 2007, de 2,5 para 1,8. Estabilizou-se em 2,0, em 2011 e 2012, e somente em 2013, subiu para 2,3. Mesmo com a pequena melhora em 2013, a proporção era inferior a 1996, quando a universidade era bem menor que hoje.

Ou seja, em uma primeira e inicial avaliação dos dados, os números acima nos auxiliam na percepção de que, em termos estruturais, principalmente, em número de funcionários e docentes entre 1996 e 2013, a universidade deveria ter crescido mais. Para refletir sobre os dados e a afirmação acima, podemos apresentar, por comparação, interessantes números³:

² Ano referência 2013

³ *DataUerj* - Ano referência 2013



- a) O número total de alunos (G + PG) cresceu de 20.945 (100%), em 1996, para 28.624 (136.66%), em 2013;
- b) O número de cursos de mestrado cresceu de 20 (100%), em 1996 para 52 (152%), em 2013;
- c) O número de cursos de doutorado cresceu de 5 (100%), em 1996 para 37 (740%), em 2013;

Por outro lado, podemos observar que a maioria dos docentes se encontra filiada a um regime de trabalho⁴ que permite que esses funcionários permaneçam trabalhando pela universidade durante longas jornadas, dentro ou fora de suas dependências:

- a) A maioria dos docentes (1951) encontra-se enquadrada no sistema de 40h ou 40h/D.E. – representando 86,98 % do total;
- b) A maioria dos docentes são doutores (1675) – representando 74,67 % do total.

A subordinação da universidade, cada vez mais, à lógica capitalista aproxima-a, em sua dimensão gerencial, administrativa e política, a uma empresa, aprisionando o tempo e fazendo das pesquisas científicas as necessidades do produtivismo neoliberal. O processo de “mercadificação” abre tensões entre o poder constituído e a autonomia da realização de pesquisa e, portanto, do livre pensar do pesquisador.

Esse embate entre os diferentes projetos de ciência, do fazer científico e da constituição da academia em uma sociedade de classes tende a atravessar as reflexões sobre o tempo humano da criação. Por isso,

Desenvolve-se na universidade um complexo campo de batalha. As ingerências do novo panorama social – materializadas concretamente nas universidades, através dos programas de avaliação institucional e docente, na organização e no formato de alguns de seus cursos e, em especial, nas universidades públicas, nas formas preconizadas de captação de recursos tanto para o provimento de equipamentos para o aparelho universitário, quanto para parte da remuneração do professor – se defrontam com a tradição e as concepções idealizadas de ensino superior como instituição social, como espaço autônomo de discussão crítica e criação do novo. (Lopes, 2006, p. 52)

A crise (permanente) na Uerj deve ser pensada dentro de um quadro de “mercadificação” ou mercantilização da universidade, seguindo as determinações macroestruturais da linha de frente do financiamento universitário, com a redução nas verbas diretas do poder público estadual. Como afirma Padrão (2009, p.29), “na prática, os valores fixados (pelos órgãos de planejamento do estado) não consideram as demandas e os investimentos necessários à manutenção e ao funcionamento da instituição, aprovados pelo Conselho Universitário”.

A retirada do estado fluminense no campo do financiamento foi marcada pela redução do repasse de verbas e pela consequente necessidade de buscar verbas próprias – que, muitas vezes, nem sequer são controladas de forma autônoma pelo sistema administrativo da universidade.

⁴ DataUerj Ano referência 2013



Nessa lógica heterônoma, a queda no financiamento implica na redução dos salários diretos e na implementação de novas fontes de remuneração salarial, fato que marca, de forma aguda, a subjetividade dos docentes: perda de autonomia do tempo intelectual do pesquisador e, consequentemente, perda de autonomia da própria universidade; perda do ócio produtivo e do humaníssimo tempo de reflexão.

Sem aumento salarial, os docentes se veem obrigados a buscar novas fontes de financiamento para a sua própria sobrevivência, adequando-se ao produtivismo acadêmico e à mercantilização do trabalho, inclusive, para, além de bolsas e financiamentos, conseguir ascender no plano de carreira. Esse prevê uma série de pontos para que o docente consiga passar de adjunto para associado, por exemplo, o único meio de conseguir aumento salarial de fonte direta do Estado.

As perdas acumuladas são da ordem de 80% e afetam de maneira mais dramática nossos colegas aposentados. Os professores também não conseguem progredir na carreira, mesmo depois de comprovadas todas as exigências legais para tal. Nessa conta, somam-se ainda problemas de infraestrutura, falta de professores, investimento insuficiente na assistência estudantil, entre outros. (Asduerj, 2015)

O aumento salarial direto e/ou indireto, no caso mundial, brasileiro e “uerjano”, está atrelado, portanto, a um aumento de produtividade acadêmica. A busca por receitas para o desenvolvimento de projetos, para a captação de verba em agências para financiamento de pesquisas, participação de editais e outros acaba transformando a subjetividade docente.

Esses processos terminam por instigar a reflexão entre vida e ciência e devem ser realizados à luz da compreensão crítica de que a relação entre os seres humanos com a natureza é uma relação social. Por isso, ciência e materialidade caminham juntas.

Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que a ciência se encontra tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho [...]. A ciência e a tecnologia não têm lógica autônoma e nem um curso independente, mas têm vínculos sólidos com o seu movimento reprodutivo. (Antunes, 2003, p. 122)

A mercantilização da educação com alta densidade de produtivismo acadêmico é a grande marca da educação superior em tempos neoliberais. Essa marca chega à nossa universidade de forma singular, pois a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, após a justa luta pela implementação da Dedicação Exclusiva (2012) manteve o Prociência.

A conquista da universal Dedicação Exclusiva não garantiu o fim do Prociência, e essa aparente contradição é a “prova empírica” da lógica produtivista acadêmica na Uerj: o governo estadual, em conjunto com a reitoria da universidade, manteve o programa Prociência. Duas dedicações exclusivas em uma mesma universidade: uma dedicação exclusiva democrática e uma dedicação exclusiva produtivista? Reflexões...



Nos últimos anos, a Associação de Docentes tem debatido as condições do trabalho docente e apontado para a emergência das lutas de resistência frente ao atual estado de “caos” na universidade, conforme veiculado, inclusive, nas mídias sociais e nos jornais. Em matéria intitulada “Crise da Uerj é reflexo da crise do governo Pezão”, os então diretores da Associação de Docentes, Bruno Deusadará, Lia de Mattos Rocha e Paulo Alentejano afirmam que

A Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) é, sem dúvida, um patrimônio reconhecido da população fluminense, onde muitos dos nossos jovens desejam estudar. É fácil entender a importância da universidade em um estado como o Rio de Janeiro, que concentra fixação de conhecimento e tecnologia, formação profissional de ponta e compromisso com a justiça social. Essa lição, porém, parece não ter sido adequadamente compreendida pelo grupo que ocupa o Palácio Guanabara há algumas décadas. Basta ver o que tem levado a Uerj aos noticiários do país. Problemas financeiros e de infraestrutura gravíssimos assolam seus trabalhadores e estudantes, comprometem sua missão institucional e têm tornado difícil exercer o ensino, a pesquisa e a extensão. (<https://flacso.org.br/2015/02/03/crise-da-uerj-e-reflexo-da-crise-do-governo-pezao/>. Acesso em: 29 ago. 24)

Frente aos complexos problemas enfrentados pela universidade, que se encontra em crise econômica, sem autônoma financeira, sem recursos e com críticas internas à imobilização da administração central (reitoria), o debate teórico e ideológico sobre democracia e autonomia ganha ainda mais relevância – sobretudo, no contexto de mercantilização da vida pessoal e profissional dos docentes e da universidade.

A histórica luta da comunidade universitária por autonomia é a marca ideológica da luta de resistência frente ao projeto (heterônomo) de universidade do capital. A luta por democracia marca a disputa contra os autoritarismos vigentes dentro e fora da universidade. Nesse caminho, a nota assinada pelo professor Bruno Deusaré, diretor da Associação de Docentes da Uerj, levanta a problemática, nos seguintes termos:

O governador Pezão teve a chance de se tornar o primeiro a aprender a lição. Uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias pretendia garantir 6% da receita corrente líquida do Estado para as universidades públicas, como já prevê a Constituição estadual. Segundo dados apresentados à época pelo presidente da Comissão de Educação da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio), o deputado Comte Bittencourt, a aprovação dos 6% ampliaria em R\$ 917 milhões os recursos para o ensino superior no estado. Atualmente, o governo fluminense destina R\$ 1,3 bilhão para as quatro instituições de ensino superior do Rio, o que representa apenas 3,6% do orçamento de receitas correntes líquidas para 2015. Vincular o orçamento das universidades a um percentual da arrecadação é uma medida adotada em São Paulo, cujas instituições estão entre as mais importantes do mundo. A conta é simples: quanto mais um estado cresce economicamente, mais ele deveria investir em conhecimento e formação profissional qualificada. (noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2015/02/03/crise-da-uerj-e-reflexo-da-crise-do-governo-pezao.htm / acesso dia 29/08/2024)

Autonomia e democracia não podem, portanto, andar separadas para que consigamos, um dia, instalar uma verdadeira universidade. A universidade como parte constitutiva da sociedade mundial



coloca o debate sobre a relação entre democracia e capitalismo como um caminho a ser pensado de forma global.

Nesse Sentido, Devemos Compreender O Atual Estado De “Crise Da Universidade Do Estado do Rio de Janeiro” no interior da realidade sistêmica, como nos indica Frigotto (2017, p.50):

Qual o bloco de forças que, por ideologia e por interesse, tem como meta o desmanche da universidade pública e do serviço público; a crise da Uerj e do serviço público do Rio de Janeiro como o modelo de aplicação do credo da *austeridade*. (anulação de direitos universais);

É significativo o discurso de *austeridade*, pois, sob a aparência percebemos a essência da questão que é fundamentada em manter a lógica do sistema como, por exemplo, a transferência de capital do setor público para o setor privado, como indicado por Salim (2017, p.167):

Também servem de exemplo as isenções fiscais, da ordem de 28 bilhões de reais para empresas privadas em 2016, praticada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que se declara falido quando se trata do pagamento dos salários de seus servidores e do repasse orçamentário para as universidades estaduais.

Essa é a questão central, a destruição da universidade, ela não atende mais às necessidades do capital,

Com tudo isso, fica claro que não se trata nem de falta de recursos nem de qualquer outro motivo pontual. Trata-se de uma clara política de destruição da universidade pública e gratuita, pois isso, para o capital, é uma necessidade absoluta para a defesa dos seus interesses. (Tonet, 2017, p.39)

Ainda caminhando sobre esses trilhos, concordamos com o raciocínio de Ivo Tonet (2017, p.37), de que

O que está em jogo não é a preocupação com um tipo de desenvolvimento que beneficie toda a população. A lógica do capital simplesmente não permite isso. O que está em jogo é apenas a reprodução dos interesses da burguesia, ameaçados pela crise. E esses interesses devem ser defendidos com todas as armas — econômicas, políticas, ideológicas, culturais —, inclusive com a violência mais aberta e brutal, mas, claro, sempre sob a capa da defesa dos interesses de toda a humanidade.

A atual “crise brasileira” coloca uma questão central sobre a universidade, o trabalho docente e o processo de avanço neoliberal sobre os direitos dos trabalhadores. Esse é o caminho histórico do grande capital, aumentar a exploração frente à queda da taxa de lucro.



A crise do estado do Rio de Janeiro e a Uerj expressam o modelo que servirá para o conjunto dos estados e de suas instituições públicas. Vale ressaltar: por vinte anos, seguirão a PEC 55 e nenhum dinheiro a mais para a esfera pública. Com efeito, o acórdão da austeridade da PEC, que envolve o parlamento, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, apoiado pela grande mídia, é pressuposto para suspender unicamente por três anos os juros da dívida do estado do Rio de Janeiro com a União, mas com a contrapartida que, além de não ter mais investimento em educação, saúde e serviços públicos, a crise e a dívida do estado têm de ser assumidas pelos trabalhadores do serviço público. (Frigotto, 2017, p. 55)

Devemos considerar, para os efeitos do nosso raciocínio, a relação entre micro e macro, entendendo o micro como parte constitutiva da realidade concreta, logo, compreendendo as microrresistências enquanto a materialização operativa das macrorresistências como as organizadas pelos movimentos sociais dentro da universidade, fundamentais para lutas sociais contra a lógica de mercado. Assim,

A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa por microrresistências e de simulação ocultas do trabalho vivo contra o novo patamar de exploração da força de trabalho. A crise de sindicatos e partidos trabalhistas, “intelectuais orgânicos” da classe, expressam, em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicatos) enfrentaram a “guerra de posição” que ocorrem no campo da subjetividade das individualidades de classe do trabalho. (Alves, 2011, p.114-115)

A Asduerj tem conseguido ocupar um papel de destaque nas batalhas em defesa da categoria e da universidade. Superando enormes desafios, essa associação tem conseguido colocar a resistência coletiva em debate, realizando assembleias representativas e demonstrando a possibilidade de se contrapor ao neoliberalismo, ao construir espaços de defesa coletiva com boas assembleias e capacidade organizativa e reivindicatória.

Vitórias políticas e jurídicas, ainda que parciais, como a realização de concurso público, são fundamentais na luta contra o neoliberalismo. Sobre esse processo, é elucidativo o pensamento da atual vice-reitora:

Comparado ao ano de 2007, a universidade teve um salto de qualificação extraordinário no quadro docente em relação à titulação – de 1.231 doutores no quadro efetivo em 2007 para 2.314 em 2016 –, principalmente, com a diminuição do número de docentes substitutos (contratos temporários) e ampliação significativa do quadro docente efetivo. Cabe aqui destacar que grande parte dessa ampliação do quadro docente efetivo teve origem na sentença do processo judicial número 0153645-96.2007.8.19.0001 (2007.001.149833-2), que obrigava a Uerj a recompor seu quadro docente, diminuindo progressivamente o número de docentes substitutos, que chegou a representar mais de 30% do quadro docente da universidade. Para tanto, 611 vagas foram autorizadas em 2014 para a realização de concursos públicos docentes. A fim de regular os termos da sentença judicial, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Uerj e o Ministério Público Estadual, passando a serem, os substitutos, contratados somente para as situações de vacâncias e licenças. Isso fez com que, em 2016, o número de substitutos não passasse de 4% do quadro efetivo permanente. De todo modo, mesmo com todo o crescimento qualitativo que a universidade alcançou no período observado (2007 a 2016), o número total de docentes (substitutos+ efetivos) hoje é praticamente o mesmo. (Washington, 2017, p. 246)



Elucidativos são os dados do *DataUerj* (2016), que indicam o seguinte quadro docente na universidade: em 2011, eram 2.146 docentes (100%); após a vitória da abertura dos concursos em 2015, 2.803 (130.61%). Assim, a universidade conta hoje com 1.035 docentes (36.92%) entre 0 e 4 anos de serviço na instituição.

O trabalho apresentado utiliza os dados publicados no *DataUerj* (2014 - referência 2013 e 2016 - referência 2015). Portanto, a nota da Asduerj é bastante significativa, ao apresentar, mais uma vez, a situação da universidade:

1. As bolsas dos estudantes estão atrasadas há dois meses;
2. Professores e servidores técnico-administrativos não receberam o 13º salário de 2016, nem os salários de fevereiro e março deste ano, e não há previsão de pagamento dos mesmos;
3. O Restaurante Universitário não está funcionando e não há previsão de quando voltará a funcionar;
4. Os serviços de limpeza e manutenção não foram plenamente restabelecidos na Uerj;
5. Os servidores técnico-administrativos encontram-se em greve.
(<https://www.asduerj.org.br/>, abril 2016)

Sabemos que a universidade se encontrava em uma situação crítica em 2016. Compreendemos que a situação continua crítica, fruto da manutenção, em nível estadual, da política de desinvestimento na universidade pública. Nesse caminho, a associação de docentes, mantém seu papel fundamental enquanto espaço de resistência ao neoliberalismo.

4 (IN)CONCLUSÃO PROVISÓRIA

“A dominação imperialista não deixa claros: ao fechar o tempo histórico no plano da economia, ela também fecha o tempo histórico no plano da cultura”.
Florestan Fernandes

Compreendemos que os estudos sobre a Uerj nos levam a reafirmar a necessidade de uma concepção democrática de universidade e de sociedade. Por isso, torna-se fundamental, fazer a defesa da autonomia, da democracia e do tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. Para isso, a luta em defesa da universidade pública deve ser uma luta contra a colonização do saber, pela construção de um saber comprometido com as classes subalternas e contrário à mercantilização do saber e da produção científica.

No entanto, aqui cabe uma última reflexão: Seria possível mudar os atuais caminhos trilhados pelo grande capital para a universidade, sem uma alteração significativa na dinâmica do estado?

Todos sabem, políticas de Estado, políticas públicas, não guardam qualquer semelhança com a economia do lar! Sem o determinante reconhecimento do papel do Estado na esfera pública estamos, *a priori*, ocultando posições políticas e omitindo uma opção de classe que provocará o aprofundamento da pobreza para a maior parte da população brasileira. (Salim, 2017, p. 167)



REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Dimensões da precarização do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.
- ALVES, G. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ANDERSON, P. O papel das ideias na construção de alternativas. In: BORON, A. A. (Org.): Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimento social. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 89
Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/pt/nova.htm>. Acesso em: 29 ago.2024
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BADARÓ, M. E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.
- BORON, A. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. In: CASTELO, R. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.81-97.
- BUJES, M. I. E. Descaminhos. In: COSTA, M. V.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). Caminhos Investigativos II; outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p.11-33.
- COELHO, E. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. Revista História e Luta de classes, n.9, p.12, jun. 2010.
- DOSSE, F. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Unesp, 2013.
- ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. Topoi. Revista de história, n.5, p.314-332, set. 2002.
- FONTES, V. História e Verdade. Revista Ciências e Letras, n.18, p.36, 1997.
- FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: CIAVATTA, M. (Org.). Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FRIGOTTO, G. O golpe de Estado e o desmanche da universidade e da esfera pública. In: MARCEL P.; PAVAN, I.; SIQUEIRA, M. (Orgs.). Hoje acordei pra luta! : intelectuais pela universidade pública. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2017.
- GOHN, M. da G. M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. EccoS – Revista Científica, v.7, n.2, p.253-274, jul./dez. 2005.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.



LEFEBVRE, H. Para compreender o pensamento de Karl Marx. Lisboa: Edições 70, 1966.
LEHER, R. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, O. (Org.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes. Campinas, SP; Autores Associados; Niterói: Eduff, 2005.

LOPES, M. C. R. Produção e/ou produtividade: discutindo o trabalho na universidade. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Uerj, Rio de Janeiro, 2006.

LOORAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. René Lourau: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p.186-98.

MANCEBO, D. Uerj: da gênese utilitária aos compromissos “Pró-Ciência”. In: MOROSINI, M. (Org.). A universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: Inep, 2006. p.246

MANCEBO, D. Uerj: Da gênese aos compromissos. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A. M. B. (Org). Psicologia e o compromisso social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009. P. 89

MANCEBO, D. Trabalho docente na UERJ: intensificação, precarização e efeitos de subjetivação (1995/2008) Revista em Pauta, n 26, p.141, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2631>. Acesso em: 29 ago.2024).

MANCEBO, D. ;SILVA JÚNIOR, J. R; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil. São Paulo: Alínea, 2008.

PADRÃO, S. Financiamento público da Uerj: uma questão de autonomia. *Advir*, n.23, p 27-40. dez. 2009.

MARCEL, P.; PAVAN, I.; SIQUEIRA, M. (Orgs.). Hoje acordei pra luta! : intelectuais pela universidade pública. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2017.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares – por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

REVEL, J. Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

REVEL, J. Proposições: ensaios de história e historiografias. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
ROSSO, S. dal. Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROSSO, S. dal. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 48

SALIM, V. Defender a Uerj: recusa à lógica privatista neoliberal do ensino superior brasileiro. In: MARCEL, P.; PAVAN, I.; SIQUEIRA, M. (Orgs.). Hoje acordei pra luta! : intelectuais pela universidade pública. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2017. p. 187

SAFATLE, V. A esquerda que não teme dizer o seu nome. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
SEGRERA, F. L. Tendencias de la educación superior em el mundo y en América Latina y el Caribe. Revista Avaliação, v.13, n.2, p.267-291, jul. 2008.



SGUSSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In MANCEBO, D.; FÁVERO, M. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2004. p. 33-52

TONET, I. Universidade pública: o sentido de nossa luta. In: MARCEL, P.; PAVAN, I.; SIQUEIRA, M. (Orgs.). Hoje acordei pra luta! : intelectuais pela universidade pública. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2017. p. 87

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

